

ILUSTRÍSSIMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS SR. ROBERTO M. FERREIRA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2023 PMN

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 18/2023

ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.375.003/0001-60, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1329, 2º andar, Conjunto 22, Ed. Olímpia Park, Vila Olímpia, CEP: 04547-005, São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de V. Exª apresentar:

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2023 PMN, promovido pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC, com fulcro no artigo 24 do Decreto nº 10.024/19 e no item 13 e seguintes do referido Edital, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o artigo 24, *caput*, do Decreto nº 10.024/19, que qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão por meio eletrônico, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Semelhante é o enunciado do item 13.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2023 PMN:

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

13.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital

Assim, **esta impugnação é plenamente tempestiva**, pois a data da sessão pública está prevista para o dia 22 de março de 2023.

II – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a *“contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços visando a operação, manutenção, ampliação e eficiência energética do sistema de iluminação pública do Município de Navegantes, composto por 9.335 pontos de iluminação pública, com o fornecimento de materiais e equipamentos, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Municipais de Navegantes/SC”*.

III – DOS VÍCIOS DO EDITAL

Convém destacar que o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e o artigo 2º do Decreto nº 10.024/19 estabelecem como princípios norteadores da licitação: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, o desenvolvimento sustentável, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a razoabilidade, a competitividade, a proporcionalidade e os que lhes são correlatos.

Tais princípios devem nortear a Administração Pública no processo licitatório e devem ser estritamente observados. Dentre os mencionados, deve-se destacar **o princípio de maior relevo: o da igualdade entre os licitantes**.

Tal princípio, segundo o professor Hely Lopes Meirelles:

“impede que haja uma discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou

iguale os desiguais” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 316).

Ainda nas palavras do doutrinador:

“O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem ao interesse público” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 316).

Logo, todos os princípios devem ser integralmente respeitados, sendo fundamental que o Edital apresente linguagem clara, precisa e elementos suficientes a fim de que o conhecimento e o entendimento de seus termos não cause dúvida ou equívocos entre os licitantes.

Ainda, é essencial que o Edital seja interpretado **em favor da ampliação da disputa, respeitando a igualdade de oportunidade entre os participantes** e a finalidade da contratação, conforme determina o § 2º do art. 2º do Decreto nº 10.024/19.

Portanto, a falta de clareza ou a presença de obscuridades no Edital, capazes de afastar os licitantes de boa-fé ou de restringir a sua participação, devem ser revistas a fim de não prejudicar o interesse da Administração Pública na escolha da proposta mais vantajosa.

Neste sentido, **será demonstrada uma série de vícios** que prejudicam a competitividade e inviabilizam a continuidade do certame sem as devidas correções, capazes de ensejar a sua invalidação caso sanados.

III.A — DO DESRESPEITO À ISONOMIA E À IGUALDADE, OCASIONADO PELA PROIBIÇÃO DE INGRESSO DE CONSÓRCIOS

De início, é necessário destacar que o Edital impugnado **veda a participação de empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio ou grupos de empresas sem qualquer justificativa para tanto**, de modo a restringir a competitividade do certame.

Nesse sentido, dispõem os itens 2.3 e 2.10 do Edital nº 18/2023:

2.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

2.10. Também não será permitida a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

No ponto, a possibilidade ou não de consórcios em determinada licitação está prevista tanto no artigo 33 da Lei nº 8.666 de 1993 quanto no artigo 42 do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas: (...);

Art. 42. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas: (...).

Os referidos artigos estabelecem o **caráter condicional da participação dos consórcios**. Assim, a depender das peculiaridades do certame licitatório, a participação ou não de consórcios pode permitir ou restringir a igualdade competitiva entre os licitantes.

Assim, cabe à Administração Pública decidir acerca da matéria. **No entanto, isto não a autoriza a adotar decisões arbitrárias ou imotivadas.**

Nesse sentido, aponta a doutrina de Marçal Justen Filho, bem como a jurisprudência do TCU:

“O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente **não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.** Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. **Como toda decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.**” (MARÇAL, Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993 -- 18. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo :Thomson Reuters Brasil, 2019.);

A decisão da Administração pela possibilidade de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações públicas (art. 33 da Lei 8.666/1993) deve ser devidamente motivada, e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade” (Acórdão 1.711/2017, Plenário, rel. Vital do Rêgo);

“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que **a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.**” (Acórdão 2.831/2012, Plenário, rel. Min. Ana Arraes).

No caso em tela, tendo em vista que o instrumento convocatório **veda a participação de consórcios e grupo de empresas**, tem-se uma clara violação ao disposto na Lei de Licitações e do Decreto nº 10.024/19, pois **a Administração não fundamentou a razão pela qual vedou a participação de consórcios, de modo a restringir a participação de interessados reunidos em consórcio**, o que, caso fosse permitido, aumentaria a competitividade do certame.

No ponto, a Administração Pública, ao vedar ou permitir a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação, deve ter como parâmetro uma conjugação de elementos, levando em consideração a complexidade do objeto a ser contratado e a ampla competitividade do certame, **sempre motivando suas decisões.**

Ademais, pela simples leitura do objeto da presente licitação (*contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços visando a operação, manutenção, ampliação e eficientização energética do sistema de iluminação pública do Município de Navegantes, composto por 9.335 pontos de iluminação pública, com o fornecimento de materiais e equipamentos*) é possível concluir que **se trata de um objeto complexo, cuja execução demanda diversas expertises.**

Em outras palavras, a presença de item que permita a participação de empresas reunidas em consórcio com justificativa neste sentido pode permitir a participação de diversas empresas que sozinhas não teriam condições para tanto, **aumentando a competitividade** deste.

Portanto, **a ausência de justificativa sobre a restrição de participação no certame licitatório de empresas reunidas em consórcio caracteriza elemento de restrição da competitividade**, violando o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666/93, no artigo 42 do Decreto nº 10.024/2019 e o praticado pela jurisprudência.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência uníssona do Tribunal de Contas da União acerca da vedação de participação de consórcios e a consequente **necessidade de fundamentação** desta:

Cabe ao gestor, em sua discricionariedade, a decisão de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação, contudo, na hipótese de objeto de grande vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, **fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.** (Acórdão 1094/2004; Plenário | Relator: Augusto Sherman);

A decisão pela vedação de participação de consórcio de empresas em licitação é discricionária, porém **deve ser devidamente motivada no processo administrativo.** (Acórdão 3654/2012; Segunda Câmara | Relator: Marcos Bemquerer);

A permissão ou proibição de participação de empresas em consórcio deverá ser sempre justificada pelo Poder Público, de modo a evitar restrição à competitividade do certame. (Acórdão 963/2011; Segunda Câmara | Relator: Augusto Sherman);

Cabe ao administrador a opção de permitir ou não a associação de licitantes em consórcio, **devendo justificar técnica e economicamente a decisão.** (Acórdão 2303/2015; Plenário | Relator: José Mucio Monteiro);

O **impedimento** de participação de consórcios de empresas em licitações públicas **requer a fundamentação do ato**, à luz do princípio da motivação. (Acórdão 1305/2013; Plenário | Relator: Valmir Campelo);

A Administração, em respeito à transparência e à motivação dos atos administrativos, **deve explicitar as razões para a admissão ou vedação à participação de consórcios de empresas** quando da contratação de objetos de maior vulto e complexidade. (Acórdão 929/2017; Plenário | Relator: José Mucio Monteiro).

Desta forma, é incontroverso que **os princípios supracitados foram desrespeitados pelo Edital quando vedou, sem justa motivação, a participação de empresas reunidas em consórcios.**

Com efeito, destaca-se que **não se vislumbra qualquer justificativa técnica ou econômica que impõe a vedação da participação de consórcios no presente caso**, sendo esta evidentemente uma decisão que visa a restringir a

competitividade do certame, bem como tem condão de realizar certo direcionamento àquelas empresas que têm capacidade de executar o objeto de forma isolada.

Tendo em vista a complexidade do objeto que será contratado, é evidente que a participação de empresas reunidas em consórcios aumentará o número de empresas interessadas, as quais sozinhas não teriam capacidade para execução do objeto ora licitado.

Isto ocorre pois, poucas empresas sozinhas conseguem cumprir o objeto que está sendo licitado, logo, é evidente que a redação do Pregão Eletrônico nº 18/2023, que veda a participação de empresas reunidas em consórcio, fere a competitividade do certame.

Somado a isto, nota-se que a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações, **está prestes a ter sua vigência plena**, sendo certo que o artigo 15 estabelece que a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio somente ocorrerá em casos devidamente justificados:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas.

Desta forma, **é de rigor que o Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2023 permita a participação de interessados reunidos sob consórcio**, a fim de ampliar a competitividade do certame.

Logo, o presente certame deverá ser suspenso de forma imediata e somente deverá ser retomado após a correção dos vícios impugnados, principalmente com relação à vedação de participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio ou grupo de empresas.

III.B - DA POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE DISCRICIONARIEDADE DO REAJUSTE CONTRATUAL

O edital ora em questão elenca no item 16.1 do Edital e 16.1 do Anexo VI - Minuta de Contrato, a previsão de índice de reajuste a ser aplicado na contratação do objeto do presente procedimento licitatório:

16.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas;

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES 16.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas;

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

Em que pese tais previsões, verifica-se que há afronta direta do disposto na Constituição Federal, na Lei de Licitações e o praticado pela jurisprudência, o que causa obscuridade na interpretação do Edital. Vejamos.

A manutenção da equação econômico-financeira é um direito constitucionalmente previsto e garantido no artigo 37, inciso XXI com a seguinte redação:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá

as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ao tratar do tema, Marçal Justen Filho ensina que o reajuste contratual **é regra**, após decorridos 12 (doze) meses da apresentação de proposta ou do orçamento:

“Em princípio, **aplicam-se aos contratos de prestação de serviços contínuos os princípios gerais relacionados a reajuste de preços. A regra geral é que, decorridos doze meses** (computados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir), **haverá o reajuste.**”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014. P. 957).

Ainda, conforme o próprio Justen Filho, o reajuste visa a recomposição do valor real da moeda, ou seja, compensa-se a inflação com a elevação nominal da remuneração:

“Não há benefício para o particular na medida em que **o reajustamento do preço tem natureza similar à da correção monetária**”.

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2000. p. 407.)

De modo a garantir a previsão constitucional trazida acima, o artigo 40, inciso XI da Lei de Licitações prevê que o edital **deve** apresentar os critérios de reajuste a serem aplicáveis na contratação:

Art. 40. **O edital conterá** no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, **obrigatoriamente**, o seguinte:

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento

a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Ainda, o artigo 55 do mesmo diploma legal prevê que são **cláusulas obrigatórias em todos os contratos administrativos:**

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato **as que estabeleçam:**

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, **data-base e periodicidade do reajustamento de preços,** os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

Portanto, vislumbra-se que o instituto do reajuste se trata apenas de atualização monetária do contrato em razão da inflação. E, pautando-se no princípio da legalidade, a cláusula de reajuste deve estar presente obrigatoriamente em todos os contratos administrativos, com indicação da data-base e periodicidade de aplicação, sob pena de violação da Constituição Federal e da Lei de Licitações.

Em outras palavras, extrai-se dos referidos dispositivos supracitados a conclusão de que **o reajuste não é um ato discricionário da Administração Pública.**

Ou seja, a **concessão de reajuste não depende da vontade do Administrador,** visto que se trata de direito legal e sobretudo **constitucionalmente conferido.** Vejamos o entendimento da melhor doutrina acerca deste ponto:

"Não têm validade dispositivos regulamentares que condicionam o reajuste à existência de autorização correspondente no edital. Decorre da própria garantia constitucional à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nas contratações administrativas. **A concessão do reajuste não é faculdade para a Administração.** Nem haverá discricionariedade para a Administração inserir ou dispensar a cláusula no edital; **nem haverá discricionariedade para a Administração conceder ou negar o reajuste, no curso da contratação.**"

(Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 4ª Edição. 1995: Ed. Aide).

A legislação pátria, ao estabelecer como cláusula obrigatória a previsão de reajuste, não pode ser interpretada como ato facultativo da Administração Pública para concessão do instituto.

No caso em apreço, embora conste no edital a previsão do índice, **a descrição dos itens leva a interpretação de que o valor do contrato poderá (e não deverá) ser reajustado**. Ora, conforme demonstrado, o estabelecimento de reajuste não é um ato discricionário da Administração Pública, **bem como a sua efetiva aplicação**.

Ou seja, após o decorrer de 12 (doze) meses da vigência contratual, caso esta seja prorrogada, o reajuste **deve** ser aplicado, não se tratando de uma faculdade do contratante e sim um direito do contratado.

Neste entendimento, é a orientação do TCU:

“O estabelecimento do critério de reajuste de preços, tanto no edital quanto no contrato, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos arts. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, ainda que a vigência contratual prevista não supere doze meses. Entretanto, eventual ausência de cláusula de reajuste de preços não constitui impedimento ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sob pena de ofensa à garantia inserta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como de enriquecimento ilícito do erário e consequente violação ao princípio da boa-fé objetiva.”

(Acórdão 7.184/2018 Segunda Câmara, Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Augusto Nardes - TCU, Informativo de Licitações e Contratos nº 352).

Portanto, em razão da possibilidade de interpretação errônea dos dispositivos citados bem como da obscuridade que pode causar empecilhos no decorrer da contratação, **os itens descritos devem ser corrigidos, a fim de afastar qualquer dúvida ou obscuridade sobre a aplicação do reajuste contratual e**

garantir o direito do licitante/contratado de receber o instituto de correção monetária, evitando assim eventual enriquecimento ilícito da Administração Pública.

III.C - DO DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO PELA MULTA CONTRATUAL FIXADA EM PERCENTUAL SUPERIOR A 10% (DEZ POR CENTO)

Em se tratando de penalidades, as cláusulas 5.8.7; 12 e 17 e seguintes do Edital, bem como as cláusulas 15 e seguintes do Anexo VI - Minuta de Contrato preveem a aplicação das penalidades.

No ponto, as previsões assim elencam:

5.8.7 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, inclusive não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o descrito no edital, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: a) Multa de 15% a 20% sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

12. DAS PENALIDADES 12.1 A não prestação/execução dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

12.2 À CONTRATADA se recusar a prestar/executar os serviços ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

12.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

12.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

17.1.2 Multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor das propostas apresentadas pela proponente;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES 15.1 A não prestação dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

15.2 À CONTRATADA, se recusar a prestar/executar os serviços ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

15.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

Cumprе ressaltar que a supremacia do interesse público sobre o interesse particular objetiva evitar condutas lesivas à Administração e desestimular a inexecução contratual.

Entretanto, estabelecer o referido montante torna-se desproporcional, gerando elevada insegurança e risco financeiro ao prestador do serviço, podendo inclusive, afetar o próprio serviço prestado, afastando a Administração da contratação da proposta mais vantajosa.

A ausência de proporcionalidade e razoabilidade na aplicação da multa, capaz de gerar um recebimento exorbitante, pode acarretar enriquecimento ilícito sem causa da Administração Pública.

Logo, conclui-se que as multas contratuais, apesar de serem devidas, não devem ser estipuladas de modo aleatório e desproporcional, capaz de causar temor e insegurança para o prestador do serviço.

Portanto, **completamente razoável que as referidas multas, acima descritas, sejam fixadas no valor máximo de 10% (dez por cento).**

A medida demonstra ser necessária, pois objetiva a não violação dos direitos fundamentais dos fornecedores privados contratados e punidos pela Administração Pública.

III.D — DO PRAZO LEGAL PARA JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O Edital impugnado estabelece prazo para o julgamento das impugnações apresentadas pelos interessados, conforme item 13.3:

13.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.**

Logo, em cumprimento à cláusula editalícia em referência, a Administração Pública deverá responder a presente impugnação em até 02 (dois) dias úteis.

Ademais, cumpre mencionar a importância do julgamento desta impugnação ser antes da abertura da sessão de julgamento, marcada para o dia 22 de março de 2023, tendo em vista a necessidade de retificação dos itens editalícios acima impugnados, sobretudo quanto impossibilidade de participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que a presente Impugnação seja julgada **totalmente procedente**, visando à imediata suspensão do presente certame, que

somente deverá ser retomado após as devidas correções dos vícios supracitados, de modo a garantir o cumprimento dos princípios norteadores e a plena isonomia entre todos os concorrentes.

Nesses termos, pede o deferimento.

De São Paulo/SP para Navegantes/SC, 16 de março de 2023.

ODIR JESUS
BARNABE
JUNIOR:3155
1838885

Assinado de forma
digital por ODIR
JESUS BARNABE
JUNIOR:31551838885
Dados: 2023.03.17
15:46:14 -03'00'

ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA.

24º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA.
CNPJ/MF Nº 04.375.003/0001-60

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI, brasileiro, divorciado, publicitário, portador da cédula de identidade RG sob o nº 12.432.486-1 expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.041.428-93, residente e domiciliado na Rua Antonio Aggio, 267, Apto 111, Jardim Ampliação, São Paulo-SP, CEP 05713-420,

CO-ENERGIA PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.102.142/0001-23, com sede na Avenida Guaraciaba, 430, Vila Carlina, Mauá-SP, CEP 09370-840, representada por seu administrador, Sr. Leon Damo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG sob o nº 30.717.452-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 380.111.328-06, domiciliado na Avenida João Ramalho, 160, Sala 310, Vila Assunção, Santo André-SP, CEP 09030-320,

FELIPE CRUZ SCALABRINI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG sob o nº 26.809.756-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 270.442.648-16, residente e domiciliado na Avenida Mofarrej, 275, Apto 162, Bloco A, Vila Leopoldina, São Paulo-SP, CEP 05311-000.

Sócios da sociedade limitada **Illumitech Construtora Ltda.**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na Juceb sob NIRE nº 29.202.329.407 com sede à Avenida Luis Viana, nº 6462, Edifício Wall Street West, Conjunto Manhattan Square, Bloco B, Sala 0207, Patamares, CEP: 41.680-400, Salvador/Bahia, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 04.375.003/0001-60 (Sociedade"), deliberam de pleno e comum acordo ajustam a presente 24ª alteração e consolidação contratual, nos termos da Lei nº. 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ALTERAÇÕES:

1 - DO QUADRO SOCIETÁRIO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Retira-se da sociedade o sócio **Paulo Roberto Marino Bellotti**, detentor de 2.750.000 (duas milhões e setecentas e cinquenta mil) quotas sociais, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões setecentos e cinquenta mil reais), integralizados em moeda corrente nacional.

Página 1

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E61w&chave2=BT-06acCpmpEIh2mhcFRg>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI
E001-E363-780B-24EB

CLÁUSULA SEGUNDA – O Sócio **Paulo Roberto Marino Bellotti**, transfere à Sócia **CO-ENERGIA Participações Ltda.**, acima qualificada, a totalidade das quotas por este detidas na Sociedade, sendo o montante de 2.750.000 (duas milhões e setecentas e cinquenta mil) quotas, no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões setecentos e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - Diante da cessão e transferência de quotas, passará a Cláusula 5ª do Contrato Social a ter a seguinte redação:

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) dividido em 11.000.000 (onze milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por quota, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, destacado para cada filial o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A participação dos sócios é assim distribuída:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL INTEGRALIZADO
Co-Energia Participações Ltda.	10.450.000	95,00%	R\$ 10.450.000,00
Felipe Cruz Scalabrini	550.000	5,00%	R\$ 550.000,00
Totais	11.000.000	100 %	R\$ 11.000.000,00

Parágrafo Único - A cada quota do capital social corresponde 1 (um) voto nas deliberações societárias.

2 - DA ADMINISTRAÇÃO:

CLÁUSULA QUARTA - Retira-se do cargo de administrador, Sr. **CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR**, passando a figurar como administrador da Sociedade, o Sr. **ODIR JESUS BARNABÉ JUNIOR**, não-sócio, abaixo qualificado, nomeado e aprovado pela

Página 2

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

totalidade dos sócios quotistas da Sociedade. Considerando tal alteração, passará a Cláusula 10ª do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 10ª - A administração da sociedade caberá ao administrador, não sócio, **Odir Jesus Barnabé Junior**, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 32.612.777-X, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 315.518.388-85, residente e domiciliado na Avenida Omar Daibert, nº 01, casa L 667, Parque Terra Nova 02, São Bernardo do Campo, CEP: 09.820-680, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Primeiro – A nomeação de administrador não sócio dependerá da aprovação de sócios quotistas representando, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Segundo – A substituição do administrador, sócio ou um administrador não sócio dependerá de deliberação dos sócios quotistas representando a maioria do capital social.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao administrador a prática de todos os atos em nome da Sociedade, inclusive, os de assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas, bem como os de admitir e demitir empregados, constituir procuradores, representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos e terceiros em geral.

Parágrafo Quarto – A representação da Sociedade em todas as Licitações Públicas, por qualquer de suas modalidades, previstas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações; e na Lei nº 13.303/2013 e suas alterações, poderá ser feita pelo administrador não sócio, e/ou procuradores, podendo impugnar e/ou representar atos convocatórios, requerer esclarecimentos; assinar documentos de habilitação, proposta comercial, declarações, metodologia de execução, credenciais e documentos correlatos, apresentar propostas, enviá-la por sistema, ofertar lances de preços, negociar

Página 3

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

10/03/2023



Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

preço, interpor e desistir de recursos administrativos, assinar atas, contratos administrativos, e requerimentos de prorrogação de prazos contratuais, reajuste e/ou de reequilíbrio econômico-financeiro, bem como praticar todos os atos pertinentes às licitações, durante todas as fases do processo.

Parágrafo Quinto - São expressamente vedados ao Administrador, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, a prática de atos a envolverem em obrigações relativas a negócios ou transações alheias ao seu objeto social, especialmente a concessão de fianças, endossos, avais ou a prestação de garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros, sendo expressamente proibido fazer uso da denominação social para a prática de atos estranhos aos interesses da Sociedade.

Parágrafo Sexto - O administrador fica expressamente dispensado da prestação de caução ou fiança pelo exercício de sua função.

Parágrafo Sétimo - A investidura do administrador não sócio terá efeito mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas da administração ou no ato de sua nomeação e a renúncia deverá ser comunicada à sociedade por documento escrito.

Parágrafo Oitavo - A nomeação de procuradores para a prática de atos em nome da Sociedade deverá especificar os poderes e o prazo de validade que não poderá ser superior a 1 (um) ano, ressalvados aqueles conferidos ad judicia e serem sempre feita por instrumento celebrado com a assinatura do Administrador ou por todos os sócios quotistas.

3 - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

CLÁUSULA QUINTA - O administrador nomeado **ODIR JESUS BARNABÉ JUNIOR** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública ou propriedade.

4 – DA TRANSFERÊNCIA DA MATRIZ DA SOCIEDADE PARA SÃO PAULO/SP

Página 4

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

CLÁUSULA SEXTA – Os sócios decidem pela transferência da matriz da Sociedade, atualmente localizada na Avenida Luis Viana, 6462, Edifício Wall Street West, Conjunto Manhattan Square, Bloco B, Sala 0207, Patamares, CEP 41.680-400, Salvador/Bahia, para o Estado de São Paulo, no seguinte endereço: Rua Gomes de Carvalho, nº 1329, 2º andar, conjunto 22, Edifício Olímpia Park, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04547-000.

5 – DA EXTINÇÃO DA FILIAL LOCALIZADA EM SÃO PAULO/SP

CLÁUSULA SÉTIMA – Em razão da alteração supracitada na Cláusula Sexta, acima, os sócios decidem extinguir a filial do Estado de São Paulo, atualmente localizada à Rua Américo Brasiense, nº 1.479, conjunto 62, Edifício Los Angeles, Bairro Chácara Santo Antônio (Zona Sul), São Paulo/SP, CEP: 047.150-03.

6 - DA ABERTURA E INCLUSÃO DE NOVA FILIAL EM PINDAMONHANGABA

CLÁUSULA OITAVA – Os sócios resolvem criar uma nova Filial que será estabelecida à Rua Japão, nº 189, Parque das Nações, Pindamonhangaba/SP, CEP: 12420-460.

Parágrafo Primeiro – A filial exercerá as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (i) ao (x) do Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O destaque do capital para a filial constituída será no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em consonância com a Cláusula 5ª do Contrato Social.

7 – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 2ª DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA – Diante das alterações acima mencionadas nos itens 4, 5 e 6, a Cláusula 2ª do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 2ª – A sociedade tem sede, foro, domicílio à Rua Gomes de Carvalho, nº 1329, 2º andar, Conjunto 22, Ed. Olímpia Park, Vila Olímpia, CEP: 04547-005 – São Paulo/SP, podendo, por resolução dos sócios, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior.

Parágrafo Único – A sociedade tem como filiais:

- (i) Rua dos Caicós, nº 2.305, Loja C, Nossa Senhora de Nazaré,
Página 5

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



10/03/2023

Natal/RN, CEP 59060 -700, registrada sob o NIRE 249.003.102.94 da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.375.003/0003-22;

(ii) Rua das Violetas, nº 90, Jardim Casa Grande II, Sertanópolis/PR CEP 86.170 -000, registrada sob o NIRE 41.901.934.317 da Junta Comercial do Estado do Paraná, CNPJ 04.375.003/0005- 94;

(iii) Rua Pinto Madeira, nº 140, Centro, Barbalha/CE, CEP 63180 -000, NIRE 2392001488-6 da Junta Comercial do Estado do Ceará, CNPJ 04.375.003/0006-75;

(iv) Avenida Comandante Sampaio, 395, Km 18, Lote 2, Quadra 4 -B, Osasco/SP, CEP 06192-010, CNPJ 04.375.003/0007-56;

(v) Rua Alberto Maxwell, 415, Bairro Vila Alba, Dourados/MS, CEP: 76.830-180, CNPJ 04.375.003/0008-37.

(vi) Rua Japão, nº 189, Parque das Nações, Pindamonhangaba/SP. CEP: 124.204-60.

8 – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 3ª DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA– Diante das alterações acima mencionadas nos itens 4, 5, 6 e 7, a Cláusula 3ª do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 3ª – O objeto social da sociedade é:

- (i) Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- (ii) Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica;
- (iii) Instalação e manutenção elétrica;
- (iv) Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
- (v) Locação de automóveis sem condutor;

Página 6

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

- (vi) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
- (vii) Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
- (viii) Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- (ix) Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
- (x) Construção de obras de arte especiais;
- (xi) Comércio varejista de artigos de iluminação;
- (xii) Comércio varejista de material elétrico.

Parágrafo Primeiro: A Matriz exerce as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (i) ao (x).

Parágrafo Segundo: As filiais de: Natal/RN, Sertãozinho/PR, Barbalha/CE, Dourados/MS, e Pindamonhangaba/SP exercem as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (i) ao (x).

Parágrafo Terceiro: A filial de Osasco/SP exerce as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (xi) e (xii).

9 - DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 22ª DO CONTRATO SOCIAL:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Diante das alterações acima mencionadas, a cláusula 22ª do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 22ª - Fica eleito o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo para o exercício e cumprimento dos Direitos e Obrigações resultantes do Contrato Social.

10 – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Por fim, decidem os Sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade, que já alterado de acordo com as deliberações acima, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

Página 7

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ Nº 04.375.003/0001-60

NIRE Nº [...]

CO-ENERGIA PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.102.142/0001-23, com sede na Avenida Guaraciaba, 430, Vila Carlina, Mauá-SP, CEP 09370-840, representada por seu administrador, Sr. Leon Damo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG sob o nº 30.717.452-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 380.111.328-06, domiciliado na Avenida João Ramalho, nº 160, Sala 310, Vila Assunção, Santo André-SP, CEP 09030-320;

FELIPE CRUZ SCALABRINI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG sob o nº 26.809.756-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 270.442.648-16, residente e domiciliado na Avenida Mofarrej, 275, Apto 162, Bloco A, Vila Leopoldina, São Paulo-SP, CEP 05311-000.

Sócios da sociedade limitada **Illumitech Construtora Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, atualmente com sede à Rua Gomes de Carvalho, número 1329, 2º andar, Conjunto 22, Ed. Olímpia Park, Vila Olímpia, CEP: 04547-005 – São Paulo/SP, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº **04.375.003/0001-60** (Sociedade”), deliberam de comum acordo consolidar o contrato social, nos termos da Lei Nº. 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Capítulo I

Da Denominação Social, Sede, Filiais, Objeto e Duração

CLÁUSULA 1ª – A Sociedade tem a denominação de Illumitech Construtora Ltda.

CLÁUSULA 2ª – A sociedade tem sede, foro, domicílio à Rua Gomes de Carvalho, nº 1329, 2º andar, Conjunto 22, Ed. Olímpia Park, Vila Olímpia, CEP: 04547-005, São Paulo/SP, podendo, por resolução dos sócios, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior.

Parágrafo Único – A Sociedade tem como filiais:

Página 8

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Junta Comercial do Estado da Bahia

10/03/2023

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E61w&chave2=BT-06acCpmpelH2mhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI
E001-E363-780B-24EB

(i) Rua dos Caicós, nº 2.305, Loja C, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, CEP 59060 - 700, registrada sob o NIRE 249.003.102.94 da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.375. 003/0003-22;

(ii) Rua das Violetas, nº 90, Jardim Casa Grande II, Sertanópolis,/PR CEP 86.170 -000 NIRE 41.901.934.317 Junta Comercial do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 04.375.003/0005- 94;

(iii) Rua Pinto Madeira, 140, Centro, Barbalha/CE, CEP 63180 -000 NIRE 2392001488-6 Junta Comercial do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 04.375.003/0006-75;

(iv) Avenida Comandante Sampaio, 395, Km 18, Lote 2, Quadra 4 -B, Osasco/SP CEP 06 .192-010, inscrita no CNPJ sob o nº 04.375.003/0007-56;

(vi) Rua Alberto Maxwell, 415, Bairro Vila Alba, Dourados/MS, CEP 79.830-180, inscrita no CNPJ sob o nº 04.375.003/0008-37.

(vi) Rua Japão, nº 189, Parque das Nações, Pindamonhangaba/SP, CEP: 124.204-60.

CLÁUSULA 3ª – O objeto social da sociedade é:

- (i) Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- (ii) Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica;
- (iii) Instalação e manutenção elétrica;
- (iv) Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
- (v) Locação de automóveis sem condutor;
- (vi) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
- (vii) Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
- (viii) Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

Página 9

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

- (ix) Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
- (x) Construção de obras de arte especiais;
- (xi) Comércio varejista de artigos de iluminação;
- (xii) Comércio varejista de material elétrico.

Parágrafo Primeiro: A Matriz exerce as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (i) ao (x).

Parágrafo Segundo: As filiais de: Natal/RN, Sertãoópolis/PR, Barbalha/CE, Dourados/MS e Pindamonhangaba/SP exercem as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (i) ao (x).

Parágrafo Terceiro: A filial de Osasco/SP exerce as atividades descritas na Cláusula 3ª, incisos (xi) e (xii).

Cláusula 4ª – A Sociedade iniciou suas atividades em 02/04/2001, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Capítulo II

Capital Social e Participações e Responsabilidade dos Sócios

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) dividido em 11.000.000 (onze milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por quota, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, destacado para cada filial o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A participação dos sócios é assim distribuída:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL INTEGRALIZADO
Co-Energia Participações Ltda.	10.450.000	95,00%	R\$ 10.450.000,00
Felipe Cruz Scalabrini	550.000	5,00%	R\$ 550.000,00
Totais	11.000.000	100 %	R\$ 11.000.000,00

Página 10

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Parágrafo Único - A cada quota do capital social corresponde 1 (um) voto nas deliberações societárias.

Cláusula 6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 7ª - As quotas são indivisíveis e nenhum sócio quotista poderá alienar, ceder, transferir ou de qualquer outra forma onerar quaisquer de suas quotas ou direitos a elas inerentes a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, dos sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Primeiro - O sócio quotista que desejar alienar suas quotas e/ou direitos de subscrição, a qualquer título, deverá comunicar à sociedade e aos demais sócios quotistas de sua intenção, por comunicação escrita, remetida por correio com aviso de recebimento ou por qualquer outra maneira que comprove o efetivo recebimento pelo destinatário, informando o preço e demais condições para a cessão e se for o caso, o nome do terceiro pretendente à aquisição das quotas.

Parágrafo Segundo - Nos 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento da notificação de que trata o parágrafo acima, os demais sócios poderão exercer o seu direito de preferência para a aquisição das quotas ou direitos de subscrição ofertados, na mesma proporção de sua respectiva participação societária (excluída para os efeitos da determinação dessa participação, a participação do sócio quotista ofertante) pelo mesmo preço e demais condições negociais.

Parágrafo Terceiro - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, se qualquer dos sócios quotistas notificados não exercer o direito de preferência, os demais sócios que exercerem terão prazo adicional de 30 (trinta) dias para adquirir ou subscrever as quotas ou direitos de subscrição do sócio quotista que não exercer o direito de preferência, proporcionalmente às suas participações. Não serão computadas no cálculo dessas participações proporcionais, a participação do sócio quotista alienante, nem a participação do sócio quotista que não exerceu o direito de preferência.

Parágrafo Quarto - Decorridos os prazos previstos nos parágrafos anteriores sem que

Página 11

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E61w&chave2=BT-06aCCpmpEIh2mhcFRg>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

tenham sido adquiridas as quotas pelos demais sócios quotistas, o sócio ofertante estará livre para realizar a cessão a adquirentes sócios quotistas ou não, sendo que, neste último caso, desde que os sócios remanescentes aceitem o nome do pretendente à aquisição e que a mesma conte com a aprovação prevista no caput desta cláusula, pelo mesmo preço e demais condições, desde que a mesma seja pelo período de 90 (noventa) dias, findo o qual terá de renovar o procedimento acima.

Parágrafo Quinto – A comunicação das condições por escrito à Sociedade, também deverá ser observada caso o sócio quotista pretenda solicitar autorização para oneração das quotas. De posse desta solicitação a sociedade deliberará sobre a concessão de autorização para qualquer tipo de garantia, especialmente o penhor de quotas, bem como definirá suas condições. Neste sentido, salvo deliberação tomada pela unanimidade dos sócios, excluído da contagem de votos o sócio que solicitou a autorização, o gravame se dará apenas sobre os resultados financeiros produzidos pelas suas quotas, tais como lucros, dividendos e restituição em caso de redução do capital social ou dissolução da sociedade, sendo que em nenhuma hipótese, o favorecido pela garantia será admitido aos quadros sociais ou exercerá direitos políticos, como o de voto, inclusive não sendo admitido a assinar alterações do contrato social.

Parágrafo Sexto – Será nula de pleno direito e inoperante em relação à Sociedade, qualquer transferência ou oneração feita em desacordo com o disposto nesta Cláusula.

Cláusula 8ª – No caso de penhora, arresto ou sequestro de parte ou de todas as quotas detidas por um sócio quotista, por iniciativa de terceiros, o sócio deverá imediatamente comunicar, por escrito, o fato aos demais sócios e à Sociedade, informando o valor executado, quantidade de quotas atingidas e os demais dados do processo. Se o titular das quotas não as liberar em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do evento, mediante substituição por outro bem, pagamento ou depósito de valores, comprovando a liberação do gravame aos demais sócios nas 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao término de tal prazo, estes ficarão autorizados a depositar em juízo o valor do crédito que originou a constrição e exercer o direito de preferência na aquisição das quotas por conversão desse crédito garantido. Nesta hipótese, os demais sócios ficarão investidos de todos os poderes necessários para requerer a substituição da penhora das ações constritas por depósito judicial.

Página 12

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E61w&chave2=BT-06aCCpmpelH2mhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI
E001-E363-780B-24EB
Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Parágrafo Primeiro – As quotas a serem alienadas na forma do parágrafo anterior terão seu valor patrimonial apurado e pago nas condições previstas no Parágrafo Primeiro da Cláusula 19º (décima nona), com base em um balanço especial cuja data coincida com a data de realização do depósito judicial.

Parágrafo Segundo – O valor patrimonial das quotas será apurado no prazo de 30 (trinta) dias da data de realização do depósito judicial. Na hipótese de o valor depositado revelar-se superior ao valor patrimonial apurado, o sócio titular das quotas constringidas deverá reembolsar o sócio ou sócios adquirentes no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento de solicitação neste sentido. Na hipótese de o valor depositado revelar-se inferior, será transmitido ao sócio, ou sócios adquirentes, o número de quotas proporcionais.

Cláusula 9ª - Na proporção das quotas possuídas, terão os sócios quotistas preferência para a subscrição dos aumentos de capital, sendo assegurado o exercício deste direito na data da aprovação do aumento de capital ou até 30 (trinta) dias após a deliberação.

Parágrafo Único – No prazo acima estipulado, caso um dos sócios quotistas deixe de exercer este seu direito de subscrição, tal direito ficará automaticamente transferido aos demais, na proporção da sua participação.

Capítulo III

Administração

Cláusula 10ª – A administração da sociedade caberá ao administrador, não sócio **ODIR JESUS BARNABÉ JUNIOR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 32.612.777-X, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 315.518.388-85, residente e domiciliado na Avenida Omar Daibert, nº 01, casa L 667, Parque Terra Nova 02, São Bernardo do Campo, CEP: 09.820-680, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Página 13

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valério De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabé Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valério De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabé Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|3155183885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR|13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI

<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Lbkm3Cf2E61w&chave2=BT-06acCpmpEIh2mhcFRg>

Parágrafo Primeiro – A nomeação de administrador não sócio dependerá da aprovação de sócios quotistas representando, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Segundo – A substituição do administrador, sócio ou um administrador não sócio dependerá de deliberação dos sócios quotistas representando a maioria do capital social.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao administrador a prática de todos os atos em nome da Sociedade, inclusive, os de assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas, bem como os de admitir e demitir empregados, constituir procuradores, representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos e terceiros em geral.

Parágrafo Quarto – A representação da Sociedade em todas as Licitações Públicas, por qualquer de suas modalidades, previstas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações; e na Lei nº 13.303/2013 e suas alterações, poderá ser feita pelo administrador não sócio, e /ou procuradores, podendo impugnar e/ou representar atos convocatórios, requerer esclarecimentos; assinar documentos de habilitação, proposta comercial, declarações, metodologia de execução, credenciais e documentos correlatos, apresentar propostas, enviá-la por sistema, ofertar lances de preços, negociar preço, interpor e desistir de recursos administrativos, assinar atas, contratos administrativos, e requerimentos de prorrogação de prazos contratuais, reajuste e/ou de reequilíbrio econômico-financeiro, bem como praticar todos os atos pertinentes às licitações, durante todas as fases do processo.

Parágrafo Quinto - São expressamente vedados ao Administrador, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, a prática de atos a envolverem em obrigações relativas a negócios ou transações alheias ao seu objeto social, especialmente a concessão de fianças, endossos, avais ou a prestação de garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros, sendo expressamente proibido fazer uso da denominação social para a prática de atos estranhos aos interesses da Sociedade.

Parágrafo Sexto – O administrador fica expressamente dispensado da prestação de caução ou fiança pelo exercício de sua função.

Página 14

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

Parágrafo Sétimo – A investidura do administrador não sócio terá efeito mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas da administração ou no ato de sua nomeação e a renúncia deverá ser comunicada à sociedade por documento escrito.

Parágrafo Oitavo – A nomeação de procuradores para a prática de atos em nome da Sociedade deverá especificar os poderes e o prazo de validade que não poderá ser superior a 1 (um) ano, ressalvados aqueles conferidos ad judicia e serem sempre feita por instrumento celebrado com a assinatura do Administrador ou por todos os sócios quotistas.

Cláusula 11ª – Os sócios quotistas representando a maioria do capital social determinarão a retirada fixa mensal ao Administrador, que a título de pró-labore, observadas as disposições legais, regulamentares e pertinentes.

Capítulo IV

Deliberações Sociais

Cláusula 12ª - Anualmente, os sócios, reunir-se-ão ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para aprovar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o registro econômico; eleger ou destituir sócio administrador ou administrador não sócio, quando for o caso; fixar a remuneração do sócio administrador ou do administrador não sócio e qualquer assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro – Os documentos mencionados na Cláusula 12 serão colocados à disposição dos sócios, na sede da sociedade até 30 (trinta) dias antes da reunião anual de sócios.

Parágrafo Segundo – A reunião de sócios quotistas será realizada extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo Terceiro – A convocação da reunião de sócios quotistas será efetuada, com antecedência mínima de 08 (oito) dias por meio escrito, por e-mail, carta registrada ou telegrama, com protocolo de recebimento, enviada aos quotistas, indicando a data e o horário da instalação em primeira e segunda convocação, bem como resumo da pauta de assuntos,

Página 15

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E61w&chave2=BT-06aCCpmpEIh2mhcFRg>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI

instalando-se em primeira convocação com a presença de titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do capital social e, em segunda convocação com qualquer número. Serão considerados presentes os sócios que transmitirem seus votos por carta, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer, sendo igualmente permitida a participação destes por videoconferência.

Parágrafo Quarto – Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios quotistas comparecerem, ou declararem por escrito, ciente do local, data e ordem do dia.

Parágrafo Quinto – A reunião de quotistas torna-se dispensável quando os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Cláusula 13ª - Ressalvados os assuntos que a lei ou neste Contrato Social estabelecem quórum superior ou especial, as deliberações serão tomadas por sócios que representem a maioria simples do capital social.

Parágrafo Único – Estarão sujeitas à aprovação prévia pelo quórum especial de votação correspondente à $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, as deliberações e a prática dos atos a seguir enumerados:

- (i) Alteração do objeto social;
- (ii) Investimentos de qualquer espécie em outras sociedades, aquisição, alienação e/ou oneração de participação em outras sociedades;
- (iii) Outorga de fianças, avais e quaisquer outras garantias, bem como penhor do ativo imobilizado da Sociedade, no caso de tais operações excederem o âmbito de desenvolvimento das atividades normais que constituem o objeto social;
- (iv) Adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis; e
- (v) Transigir e renunciar a direitos da sociedade.

Cláusula 14ª – Por deliberação dos quotistas representando a maioria absoluta do capital social, tomada em reunião especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil, o sócio que colocar em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade poderá ser excluído da Sociedade, por justa causa. O sócio deverá ser notificado com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias da data da realização da reunião

Página 16

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Único - Uma vez aprovada a exclusão do sócio, o capital social sofrerá a correspondente redução ou suas quotas serão adquiridas pela Sociedade, se as condições de momento assim permitirem, ou pelos demais sócios, pelo valor patrimonial de referidas quotas, apurado conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula 19.

Capítulo V

Balancos e Resultados

Cláusula 15ª - O exercício social iniciará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Cláusula 16ª - No fim de cada exercício, será levantado um Balanço Geral. Os lucros líquidos, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a sociedade julgar necessárias para a sua segurança, terão a destinação que lhes for determinada por deliberação da maioria dos sócios, não sendo assegurada a distribuição obrigatória de um lucro mínimo aos sócios quotistas.

Parágrafo Primeiro - Por deliberação dos sócios quotistas poderá ser estabelecido a não distribuição total dos lucros ao final do exercício, mantendo-se os montantes não distribuídos em conta de lucros suspensos, para futura distribuição ou capitalização.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços.

Cláusula 17ª - Os resultados apurados ao término de cada exercício social, lucros ou prejuízos serão distribuídos aos sócios na mesma proporção das suas quotas de participação no capital social.

Capítulo VI

Liquidação e Dissolução

Cláusula 18ª - A Sociedade somente será dissolvida por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o

Página 17

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR|13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI

<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E61w&chave2=BT-06aCCpmpelH2mhcFRg>

remanescente do patrimônio social será atribuído aos sócios na proporção de suas participações no capital social. Os sócios estabelecerão o modo de liquidação e nomeará o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação, residentes e domiciliadas na República Federativa do Brasil.

Cláusula 19ª - A falência, liquidação, insolvência, falecimento ou retirada de qualquer sócio quotista não implicará na dissolução da Sociedade, que continuará a existir com os sócios quotistas remanescentes, herdeiros e sucessores e ou representantes legais do sócio impedido ou falecido.

Parágrafo Primeiro – Ocorrida qualquer das situações previstas no caput desta Cláusula, a admissão de novos sócios quotistas somente será realizada caso tal admissão conte com a aprovação dos demais sócios, representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social. Na hipótese de ser rejeitada esta admissão, as quotas de propriedade do sócio quotista impedido ou falecido serão adquiridas pelos demais sócios quotistas ou resgatada pela Sociedade, mediante aplicação de lucros ou outras reservas, pelo valor de patrimônio patrimonial apurado de acordo com o Balanço Patrimonial especialmente levantado para este fim, dentro de 30 (trinta) dias contados da data do evento. As quotas serão pagas em 06 (seis) parcelas mensais, a partir da data do Balanço Patrimonial especial.

Parágrafo Segundo – Nos casos de liquidação parcial da Sociedade, o valor das quotas pertencentes ao sócio quotista dissidente será apurado e pago conforme os critérios previstos no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Cláusula 20ª - O administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Página 18

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabe Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

10/03/2023

Cláusula 21ª - Nas omissões da legislação aplicável a este tipo societário, aplicar-se-á subsidiariamente a Lei nº 6.404/1976.

Cláusula 22ª - Fica eleito o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento para registro digital na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

São Paulo/SP, 07 de março de 2023.

Paulo Roberto Marino Bellotti

Felipe Cruz Scalabrini

CO-ENERGIA Participações Ltda

Administrador:

Odir Jesus Barnabé Junior

Testemunhas:

Nome: Roberta Dos Santos Souza

RG: 43.998.671-0

CPF: 354.455.028-80

Nome: Diego Vinicius Silva

RG: 46.708.409-9

CPF: 335.491.198-01

Página 19

Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabé Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



10/03/2023

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0Ibkm3Cf2E6lw&chave2=BT-06aCCpmpelH2mhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI
E001-E363-780B-24EB
Este documento foi assinado digitalmente por Amanda Paulilo Valerio De Souza, Leon Damo, Roberta Dos Santos Souza, Odir Jesus Barnabé Junior, Paulo Roberto Marino Bellotti, Diego Vinicius Silva e Felipe Cruz Scalabrini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código E001-E363-780B-24EB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/E001-E363-780B-24EB> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E001-E363-780B-24EB



Hash do Documento

2FB5AFF94666052DE4D3F12EE3FE7FC58A347501E99A01BAC2B4F884809418AA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/03/2023 é(são) :

- ☒ Amanda Paulilo Valério de Souza (Advogada) - 381.886.118-83
em 09/03/2023 10:16 UTC-03:00
Nome no certificado: Amanda Paulilo Valerio De Souza
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Leon Damo (Parte) - 380.111.328-06 em 09/03/2023 08:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Roberta dos Santos Souza (Testemunha) - 354.455.028-80 em 09/03/2023 08:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Odir Jesus Barnabé Junior (Parte) - 315.518.388-85 em 09/03/2023 08:45 UTC-03:00
Nome no certificado: Odir Jesus Barnabe Junior
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Paulo Roberto Marino Bellotti (Parte) - 076.041.428-93 em 07/03/2023 11:26 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ diego Vinicius Silva (Testemunha) - 335.491.198-01 em 07/03/2023 11:22 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Felipe Cruz Scalabrini (Parte) - 270.442.648-16 em 07/03/2023 11:16 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0l0bkm3Cf2E61w&chave2=Bt-06acCpmpelH2mhcFrj>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|31551838885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI

Junta Comercial do Estado da Bahia

10/03/2023



Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 9806683585662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=cf04zzFtOlbkm3Cfp2E6lw&chave2=BT-06aCCpMpeIH2mncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38011132806-LEON DAMO|27044264816-FELIPE CRUZ SCALABRINI|3155183885-ODIR JESUS BARNABE JUNIOR
13279487889-CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR|07604142893-PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI

Junta Comercial do Estado da Bahia

10/03/2023

Certifico o Registro sob o nº 98347498 em 10/03/2023

Protocolo 233732683 de 28/02/2023

Nome da empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA NIRE 29202329407

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 98066835856662

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	233732683 - 28/02/2023
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29202329407
CNPJ 04.375.003/0001-60
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98347498 DE 10/03/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 10/03/2023

EVENTOS

038 - TRANSFERENCIA DE SEDE PARA OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 98347498

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

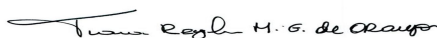
Cpf: 07604142893 - PAULO ROBERTO MARINO BELLOTTI - Assinado em 10/03/2023 às 11:24:54

Cpf: 13279487889 - CARLOS ELIAS CASSAB JUNIOR - Assinado em 10/03/2023 às 11:34:20

Cpf: 27044264816 - FELIPE CRUZ SCALABRINI - Assinado em 10/03/2023 às 11:22:28

Cpf: 31551838885 - ODIR JESUS BARNABE JUNIOR - Assinado em 10/03/2023 às 11:35:45

Cpf: 38011132806 - LEON DAMO - Assinado em 10/03/2023 às 11:43:43



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

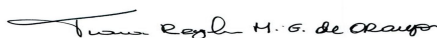
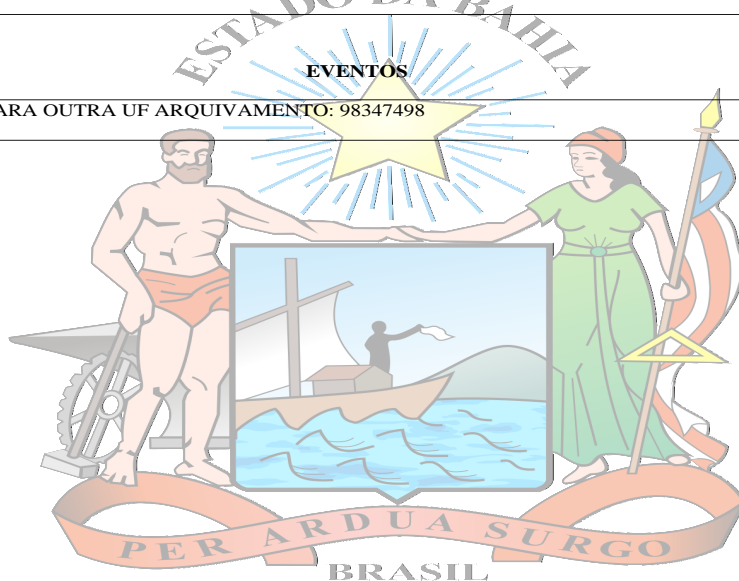
NOME DA EMPRESA	ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	233732683 - 28/02/2023
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29202329407
CNPJ 04.375.003/0001-60
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98347498 DE 10/03/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 10/03/2023

EVENTOS

038 - TRANSFERENCIA DE SEDE PARA OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 98347498



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
"RICARDO GUMBLETON DAUNT"

8530-8

NOME

ODIR JESUS BARNABE JUNIOR



FILIAÇÃO

ODIR JESUS BARNABE

MIRIAN JEROMEL BARNABE

DATA NASCIMENTO

14/12/1983

NATURALIDADE

S.BERNARDO DO CAMPO - SP

OBSERVAÇÃO

ORGÃO EXPEDIDOR

SSP-SP

FATOR RH

6F437778

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 315518388/85

DNI

REGISTRO GERAL

32.612.777-X

2 via

DATA DE EXPEDIÇÃO 17/10/2019

REGISTRO CIVIL

SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP SÃO BERNARDO DO CAMPO

CN:LV.A198/FLS.101 /N.130183

T. ELEITOR

CTPS

SÉRIE

UF

IDENTIDADE PROFISSIONAL

NIS/PIS/PASEP
13237532850

CERT. MILITAR

CNH

CNS

ASSINATURA DO DIRETOR

Mitsuki Yamamoto
Delegado de Polícia Divisório IIRGD.SSP.SP

POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL